

**XXXVI ENENUT - Encontro nacional de estudantes de nutrição e a
construção do debate sobre a saúde da população indígena: Relato de
Experiência.**

**Lia Beatriz Marques Damasceno de Moraes,
Luiza Andressa Alves da Rocha,
Mikaelly Arianne Carneiro Leite,
Yatagan Moreira da Rocha,
Camila Pinheiro Pereira,
Alane Nogueira Bezerra.**

email: moraeslia.9@gmail.com
Centro Universitário Fametro - UNIFAMETRO

Título da Sessão Temática: *Alimentos nutrição e saúde*
Evento: VII Encontro de Monitoria e Iniciação Científica

RESUMO

Pensar na construção e execução da saúde da população indígena (SPI) é fundamental no processo de retomada de sua autonomia e garantia da preservação e perpetuação de seus valores e história. Por compreender este enquanto um trabalho a ser desenvolvido pelo profissional da saúde, o Movimento estudantil de nutrição (MEN), através do XXXVI Encontro nacional de estudantes de nutrição (ENENUT), colocou em pauta a realidade vivenciada atualmente pela população indígena, as perspectivas futuras e a atuação do profissional nutricionista na defesa da segurança alimentar e nutricional de um segmento populacional tão específico. O presente trabalho é um relato de experiência com objetivo de analisar e refletir a mesa temática sobre Saúde da População Indígena ministrada no XXXVI ENENUT. As experiências vivenciadas durante a formação tornaram-se peça chave no percurso acadêmico de todos os encontristas, pois, a partir de então, despertou-se um maior senso crítico acerca do modelo de atendimento em saúde ainda vigente, inadequado ao perfil populacional em questão, e do interesse em especialização na área que é escassa em profissionais da saúde, principalmente nutricionistas.

Palavras-chave: Saúde da População indígena; Nutricionista; População indígena; Graduação.

INTRODUÇÃO

Como foi prontamente pontuado por Josué de Castro em sua obra Geografia da Fome (1946), a fome e a desnutrição são problemáticas brasileiras e mundiais, não oriundas de uma baixa produtividade ou oferta de alimentos, mas sim de uma má distribuição dos mesmos. Sendo assim, somente mediante a construção de políticas públicas de alimentação e

nutrição torna-se possível o combate direto a fome e a obesidade, enquanto problemas de saúde pública.

Segundo o relatório mundial da FAO (2018a) “Estima-se que, em 2017, o número de pessoas subnutridas tenha atingido 821 milhões: cerca de uma pessoa a cada nove no mundo”. Quando olhamos para o continente Americano, “a região da América Latina e do Caribe se afasta de cumprir o objetivo da fome zero. O número de pessoas subnutridas aumentou em em três anos consecutivos, atingindo 39,3 milhões, o que representa 6,1% da população” (FAO, 2018b).

No relatório “Década de ação em Nutrição: compromissos do Brasil” da *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, fica evidente a necessidade e efetividade de políticas públicas voltadas a agricultura familiar como estratégia de combate à fome. Segundo o relatório “A agricultura familiar responde por importante parte da produção dos alimentos consumidos no país (cerca de 70%) [...]. Quase a totalidade desta produção [...] contribui para garantir a segurança alimentar e nutricional da população brasileira” (FAO, 2018c). Da mesma forma, Castro (1946) discute a necessidade urgente de uma reforma agrária, possibilitando o acesso à terra aos produtores não-latifundiários — agricultura familiar — e, conseqüentemente, a garantia de uma política mais eficiente de preservação dos territórios dos povos originários.

Desde o início do processo histórico de construção do Brasil, os povos indígenas sofrem saqueamento de suas terras e de seus modos de vida, situação que força essa parcela da população brasileira a viver em constante conflito com grandes proprietários de terras e com o poder estatal, que, por meio de legislações ou decretos sancionados e omissão perante as investidas violentas do agronegócio, contribui na manutenção da marginalidade das comunidades indígenas. A luta do povo indígena para além de geográfica também é a luta por sua saúde e garantia de direitos (ROCHA; PORTO; PACHECO, 2019).

Pensar a construção e execução da Saúde da População Indígena (SPI) é fundamental no processo de retomada de sua autonomia e garantia da preservação das vidas e perpetuação de seus valores e história. Ao entender este enquanto um trabalho a ser tomado como dever pelo profissional da saúde, o Movimento Estudantil de Nutrição (MEN) organizado na Executiva nacional de estudantes de nutrição (ENEN), colocou em pauta,

através do XXXVI ENENUT - Encontro Nacional de Estudantes de Nutrição, a realidade vivenciada atualmente pelas populações indígenas, as perspectivas futuras e a atuação do profissional nutricionista na defesa da segurança alimentar e nutricional de um segmento populacional tão específico.

Foi no desejo de ampliação dos debates vistos em poucas disciplinas ao longo da graduação e bem como na busca por uma organização política dos estudantes que extrapolasse a sala de aula e os muros das universidades, que o MEN inicia as suas atividades. Dentre diversas articulações existentes, o ENENUT é o maior evento de cunho nacional realizado por estudantes e para estudantes.

O ENENUT é um evento que ocorre após os Encontros Regionais de Estudantes de Nutrição (ERENUT), onde questões formativas de interesse da comunidade discente, das 5 regiões, são deliberadas e levadas ao coletivo estudantil no encontro nacional. Dos objetivos do MEN e ENEN estão a contribuição complementar à formação do discente de nutrição; o desenvolvimento da autonomia estudantil enquanto categoria de peso político-social; a possibilidade de construção de pontes epistêmicas que agregam o conhecimento acadêmico ao não-acadêmico; viabilizar maiores relações entre a comunidade acadêmica e externa, a defesa do ensino público, gratuito, laico, de qualidade e de amplo acesso, a defesa da saúde e do sistema único de saúde (SUS) e manter-se constantemente “Na luta por um Brasil sem fomes” (ENEN, 2019)

O presente trabalho é um relato de experiência com objetivo de analisar e refletir a mesa temática 9, “Saúde da População Indígena e Afro-Quilombola” ministrada no XXXVI ENENUT, ocorrido entre os dias 27 de julho à 03 de agosto, nas dependências da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na cidade do Recife.

METODOLOGIA

Para análise da mesa temática 9 foi realizada observação participativa e coleta das informações apresentadas pelo palestrante e pelos demais estudantes, na sessão de perguntas e debate. A análise realizada neste trabalho refere-se a primeira parte da mesa, que trata acerca da SPI. Não serão tratados os assuntos referentes a segunda parte que aborda questões sobre a saúde da população afro-quilombola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim como as edições anteriores, o XXXVI ENENUT construiu uma agenda temática baseada em questões atuais na área da nutrição para que os encontristas junto aos palestrantes construíssem novas pontes e levantassem possíveis soluções às problemáticas apresentadas. Dentro desta proposta a mesa sobre saúde da população indígena teve como objetivo aproximar discentes, dos mais diversos níveis de formação, da necessidade de se aprofundarem na questão indígena. (ENENUT, 2019)

A mesa foi presidida pelo Professor Paulo Roberto Santana, médico e doutor em nutrição com especialização em saúde pública. Possui experiência na área de medicina, com ênfase na saúde da família, atua na atenção básica, no programa de saúde da família e na promoção da saúde e mortalidade infantil. Santana é tutor do Programa Mais Médicos e ministra as disciplinas Pensamento Complexo e Saúde Coletiva e Etnias Indígenas no Curso de Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Pernambuco.

Inicialmente, foi levantada pelo professor a necessidade do debate, no curso de nutrição, sobre saúde indígena pelo olhar indígena, desafio que vai além da implementação de políticas públicas pensadas e articuladas, em sua maioria, por indivíduos não indígenas com vivências não indígenas. A proposta que Santana trás é de inicialmente se compreender a cosmovisão indígena, ou, segundo Viveiros de Castro (1996) o perspectivismo ameríndio, para então ser possível uma correta aproximação de ação em saúde.

Compreender a cosmovisão indígena exige do profissional de saúde habilidades para que possa desenvolver a alteridade em sua forma mais pura, pois entendendo-se enquanto um indivíduo específico, não-indígena, de cultura ocidental, este profissional inicia uma compreensão acerca da especificidade e humanidade do indígena. Tal atitude é importante para que se evite ao máximo casos de abuso de poder, muito frequente em profissionais da saúde, tentativas insistentes de mudanças de hábitos tradicionais, preconceitos e principalmente racismo. Uma outra alternativa que vem crescendo é a busca por formação em saúde por jovens indígenas que conseguem dessa forma unir seus conhecimentos ancestrais com a ciência medicinal ocidental (MENDES; BATISTA; VASQUEZ, 2018).

Santana defende então ser imprescindível ao nutricionista que deseja atuar junto aos povos indígenas o “entendimento da saúde cósmica e terrena para fazer saúde indígena”. Enquanto o humano ocidental separa a humanidade da natureza e o cosmo do planeta, o indígena se vê parte integrante do meio, cuja finalidade é colaborar com o equilíbrio da vida já existente. O diálogo com o processo saúde-doença é um diálogo essencialmente com a fauna e a flora, onde elementos naturais e sobrenaturais são responsáveis pelo adoecimento e cura das pessoas (MENDES; BATISTA; VASQUEZ, 2018). Na medicina tradicional indígena, não há espaço para o modelo biomédico de fragmentação do indivíduo.

O professor ainda ressaltou os trabalhos da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que possuem a finalidade de estruturação e execução da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), dentro do SUS. A atuação dos profissionais que compõem PNASPI deve ser fiel às diretrizes do SUS, garantindo aos pacientes a opção de tratamento que melhor se enquadra na sua situação sócio-cultural, e, para que isso seja possível, é indispensável a capacitação desse profissional a fim de se obter uma maior receptividade e maior adesão aos tratamentos pela comunidade.

A PNASPI não só garante formação aos profissionais não-indígenas como também prioriza a formação de indígenas como agentes de saúde, justamente por entender que são os indivíduos com maior capacidade de vincular os saberes tradicionais à medicina ocidental (BRASIL, 2002). Em sequência, o professor Santana relata como o desmonte do programa mais médicos desfavorece principalmente a população indígena que estava a usufruir em grande escala dos atendimentos provenientes do programa, que mesmo com falhas estruturais garantiu o aumento dos profissionais e dos atendimentos (MENDONÇA et al., 2019). Por estarem geograficamente distantes dos centros urbanos e, em alguns casos distantes, também das zonas rurais, as comunidades indígenas dependem de ações em saúde capazes de ultrapassarem as barreiras urbanas.

Mesmo sendo pauta da PNASPI, a formação e atuação dos profissionais dentro das necessidades que o trabalho exige nem sempre é satisfatória. Com exceção do atual governo, a questão orçamentária não apresentava obstáculos, pois, segundo Mendes (2018), houve crescimento dos recursos tanto no período anterior a criação da SESAI como nos anos seguintes, contudo, não houve melhoras significativas nos indicadores de saúde.

Por outro lado, a falta de formadores instruídos e conseqüentemente de profissionais preparados em associação aos altos índices de rotatividade, ainda mantém precária a prestação de serviços nas comunidades (MENDES et al., 2018). Dessa forma com o intuito de antecipar a formação e aproximar as realidades, o professor Santana é um dos responsáveis pela realização de uma disciplina curricular voltada inteiramente ao estudo da SPI, implementada dentro do curso de Saúde Coletiva da UFPE, campus Vitória, localizada no interior do Pernambuco.

Mesmo o professor possuindo formação em nutrição, a disciplina só obteve espaço dentro do curso de Saúde Coletiva uma vez que a grade curricular do curso de nutrição não é flexível, e já possui outros componentes considerados indispensáveis à formação dos graduandos. No entanto, é possível que os discentes da nutrição, que se interessarem, possam cursá-la como disciplina optativa.

A disciplina intitulada de Saúde Coletiva e Etnias Indígenas tem por finalidade estudar a “Identidade, cidadania e democratização das etnias indígenas do Nordeste Brasileiro; Cultura, política e cotidiano como determinantes do processo saúde-doença dos remanescentes de diferentes etnias; Identificação das principais ações e serviços desenvolvidos para a população indígena” (UFPE, 2012).

O componente curricular funciona em três módulos, sendo o primeiro estruturado em seminários dedicados ao conhecimento das principais etnias e dos aspectos socioculturais das populações indígenas que resistiram na região Nordeste. O segundo módulo consiste na apresentação e discussão dos órgãos e políticas responsáveis pela SPI, como Política Nacional de Atenção Básica e Política Nacional de Saúde Integral das Populações Indígenas. O terceiro módulo é a excursão didática, onde os discentes realizam visitas a algumas comunidades indígenas e desenvolvem ações em saúde junto à população e vivenciam a realidade cotidiana das comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É mediante ampla participação e engajamento que os estudantes de graduação conseguem construir uma formação diferenciada para além da sala de aula. O conhecimento que as experiências empíricas agregam é de extrema importância para a formação de um olhar profissional, mais humano e responsável. Dessa forma, as experiências vivenciadas na

formação sobre saúde da população indígena e, ao longo do XXXVI ENENUT, tornaram-se peça chave no percurso acadêmico de todos os encontristas, pois, a partir de então, despertou-se um maior senso crítico acerca do modelo de atendimento em saúde ainda vigente, inadequado ao perfil populacional em questão, e do interesse em especialização na área que é escassa em profissionais da saúde, principalmente nutricionistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, p.40. 2002.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE NUTRIÇÃO (ENEN). O que é a ENEN? Apresenta relatórios de gestão anuais. Disponível em: <https://executivanutricao.wordpress.com/about/>. Acesso em: 17 set. 2019.

FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. FAO, Roma. 2018a.

FAO; OPS; WFP; UNICEF. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe**. Santiago. 2018b.

FAO; MDS. **Década de ação em nutrição: compromissos do Brasil**. FAO, Roma. 2018c.

MENDES; BATISTA; VASQUEZ. Cosmovisão indígena sobre a temática saúde: uma experiência de ensino intercultural. **Science and Knowledge in Focus**. Macapá, v. 1, n. 2, p. 61-80, 2018.

MENDES, A. M. et al. O desafio da atenção primária na saúde indígena no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 42, e184, p. 1-6, 2018.

MENDONÇA, S. et al. Modelo de atenção à saúde indígena: o caso do DSEI Xingu. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 35, n. Supl 3, p.1-3, 2019.

ROCHA, D. F.; PORTO, M. F. S.; PACHECO, T. A luta dos povos indígenas por saúde em contextos de conflitos ambientais no Brasil (1999-2014). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2. p.383-392, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Projeto pedagógico do curso de Graduação Bacharelado em Saúde Coletiva**. Vitória de Santo Antão: UFPE, 2012.

VASCONCELOS, F. A. G. Josué de Castro e a Geografia da Fome. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.11, p.2710-2717, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”. **Mana**, v. 2, n.2, p.115-144, 1996.

XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE NUTRIÇÃO (ENENUT), 36., 2019, Recife-PE. Recife-PE, 2019. Carta Final.